

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 06, DE 07 DE AGOSTO DE 2025.

**AUTORIA: MESA DIRETORA** 

Institui, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Campo Novo do Parecis – MT, o Programa de Governança Legislativa Digital e dá outras providências.

A Mesa Diretora, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, tendo em vista o disposto no Art. 38, I, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 116 e art. 245, II, ambos da Resolução Interna, apresenta para apreciação e deliberação do soberano Plenário a seguinte Resolução:

- **Art. 1º**. Fica instituído, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Campo Novo do Parecis, o \*\*Programa de Governança Legislativa Digital\*\*, com a finalidade de promover a modernização administrativa, a ampliação da oferta de serviços públicos digitais e a aproximação entre o Parlamento e a sociedade.
- Art. 2º. São diretrizes do Programa de Governança Legislativa Digital:
- I manutenção e constante evolução tecnológica dos serviços digitais disponíveis;
- II ampliação da oferta de serviços públicos digitais;
- III aproximação entre o Poder Legislativo e o cidadão;
- IV permanente melhoria dos processos e ferramentas de atendimento ao cidadão.
- **Art. 3º.** Compete à Controladoria da Câmara Municipal, em parceria com a Secretaria-Legislativa e a Mesa Diretora, coordenar estudos e propor ações para a ampliação e melhoria dos serviços públicos digitais.
- **Art. 4º.** O Poder Legislativo Municipal poderá criar instrumentos de desenvolvimento de competências para a transformação digital, visando:
- I elaborar e avaliar estratégias para a capacitação de servidores;



 II – pesquisar e desenvolver métodos e ferramentas de colaboração entre servidores e cidadãos no desenho de soluções digitais.

## Art. 5°. As plataformas de Governo Digital deverão:

- I dispor de ferramenta de solicitação e acompanhamento de serviços públicos;
- II possuir painel de monitoramento de desempenho;
- III estar acessíveis por meio de portal, aplicativo ou outro canal digital único e oficial;
- IV observar padrões de interoperabilidade e integração de dados.
- **Art. 6º.** Compete ao Poder Legislativo Municipal, no âmbito de suas atribuições, quanto à oferta de serviços digitais:
- I manter atualizadas as informações institucionais e a Carta de Serviços ao Cidadão;
- II implementar melhorias a partir da avaliação de satisfação dos usuários;
- III integrar serviços a ferramentas de notificação e assinatura eletrônica;
- IV eliminar exigências desnecessárias de apresentação de documentos;
- V aprimorar a gestão de políticas públicas com base em dados e evidências.
- **Art. 7º.** Sempre que possível, os serviços deverão permitir a formulação de solicitações por meio eletrônico.
- **Art. 8º.** As plataformas de Governo Digital deverão atender ao disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- Art. 9°. São direitos dos usuários dos serviços digitais:
- I acesso gratuito às plataformas;
- II atendimento conforme a Carta de Serviços ao Cidadão;
- III padronização de formulários e documentos;
- IV recebimento de protocolo físico ou digital.



- **Art. 10.** O uso e a interoperabilidade de dados entre órgãos públicos observarão a legislação vigente, as normas de segurança da informação e a Lei Geral de Proteção de Dados.
- **Art. 11.** São considerados serviços digitais públicos, para os fins desta Resolução:
- I Carta de Serviços ao Usuário;
- II Portal da Transparência;
- III Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (E-SIC);
- IV Diário Oficial da Câmara Municipal;
- V Programa de Dados Abertos;
- VI emissão eletrônica de certidões;
- VII legislação municipal on-line;
- VIII sistema contábil;
- IX serviços de perguntas frequentes (FAQ);
- X sistema de ouvidoria;
- XI transmissão on-line das sessões plenárias.
- **Art. 12.** O acesso aos serviços poderá ser garantido total ou parcialmente pelo Poder Legislativo Municipal, visando à universalização do atendimento.
- Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis, em 07 de agosto de 2025.

WILLIAN FREITAS

Presidente

JOAQUIM EQUIP

Vice-Presidente

**BEITO MACHADINHO** 

1º Secretário

ELIAS BARRIGA

2º Secretário



## **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Resolução tem como objetivo instituir, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Campo Novo do Parecis – MT, o Programa de Governança Legislativa Digital, alinhado às disposições da Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021, que estabelece princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública.

A proposta busca modernizar a gestão administrativa e legislativa, por meio da ampliação e aprimoramento da oferta de serviços públicos digitais, garantindo maior transparência, celeridade e eficiência nos atendimentos e nas comunicações institucionais.

Com a implementação do Programa, será possível ampliar o acesso da população aos serviços da Câmara Municipal por meio de plataformas digitais seguras e de fácil utilização, aproximar o cidadão do Parlamento, incentivando a participação social e o controle público, integrar sistemas e bases de dados, reduzindo exigências desnecessárias e otimizando processos internos, garantir o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018), fortalecer a gestão pública baseada em dados e evidências.

Além de atender às exigências normativas federais, a iniciativa representa um avanço significativo na transformação digital do Legislativo Municipal, promovendo eficiência administrativa, redução de custos operacionais e ampliação do acesso aos serviços legislativos pela população, especialmente em áreas mais afastadas da sede do município.

Diante da relevância da matéria e dos benefícios que dela decorrerão para a população de Campo Novo do Parecis, contamos com o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação deste Projeto de Resolução.